



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA DA UNIÃO NO ESTADO DE MINAS GERAIS
COORDENAÇÃO-GERAL

RUA SANTA CATARINA 480, 6º ANDAR, LOURDES 30.170-081 BELO HORIZONTE/MG

PARECER n. 00100/2021/CJU-MG/CGU/AGU

NUP: 08350.003738/2021-01

INTERESSADOS: MG/DPF/DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL

ASSUNTOS: RECURSOS ADMINISTRATIVOS E OUTROS

EMENTA: Administrativo. Licitações. Pregão eletrônico. Recursos administrativos em face de ato que habilitou e declarou vencedora empresa licitante. Modo de disputa "aberto e fechado" (art. 31, II, do Decreto 10.024/2019). Lance manifestamente inexecutável que não foi excluído da fase aberta e que acabou parametrizando a convocação para a etapa seguinte (art. 33, §3º, do Decreto 10.024/2019). Restrição ao caráter competitivo do Pregão, em possível prejuízo da proposta mais vantajosa no certame. Dúvidas e/ou questionamentos de natureza jurídica apresentados. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados (art. 44, § 4º, do Decreto 10.024/2019). Reinício/reabertura da etapa fechada de envio de lances. Recomendações.

I. RELATÓRIO

1. A Superintendência Regional de Polícia Federal em Minas Gerais submete a esta Consultoria Jurídica da União dois questionamentos que surgiram a partir de recursos administrativos interpostos por 3 (três) empresas licitantes contra ato que declarou vencedora a empresa Augustus Terceirização Ltda ME, nos autos do procedimento licitatório em epígrafe (**Pregão nº 05/2021-SR/PF/MG**), que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços contínuos de recepção a requerentes de documentos de viagem em pontos de atendimento do órgão assessorado em Minas Gerais.

2. O Chefe da Comissão permanente de licitações (CPL/SELOG/SR/PF/MG) relata nos seguintes termos os fatos que deram ensejo à presente consulta:

Em 15/06/2021 foi aberta a sessão do pregão, com início às 09:00. A modo de disputa foi aberta e fechado.

Às 09:15:11 a licitante Inova Tecnologia e Serviços ofertou um lance inexecutável no valor de R\$4.000,00. Segundo a própria licitante, a intenção era ofertar um lance de R\$ 4.000.000,00.

Contudo, tendo em vista que a fase aberta tem duração de 15 minutos e já estava na fase de encerramento aleatório, o lance inexecutável não foi excluído pelo pregoeiro na fase aberta em tempo hábil. O período aleatório desta fase durou apenas 2 minutos e 43 segundos.

Diante disso, o lance inexecutável dado pela recorrente foi convocado para a fase fechada da disputa, servindo como parâmetro para convocação dos licitantes para referida fase, ou seja,

deveriam ter sido chamados os melhores lances ofertados, até 10% do valor do primeiro colocado. Não havendo lances nesse limite, foram chamados os 03 melhores lances para a nova disputa, conforme preceitua o §3º do Art. 33 do Decreto nº 10.24/2019.

Ato contínuo, após o encerramento da disputa fechada, a proposta da recorrente INOVA foi desclassificada, na fase de julgamento da proposta. Acrescente-se que a empresa sequer anexou a documentação de habilitação, conforme exigido. Ou seja, junto com sua proposta inicial.

A empresa que AUGUSTUS TERCEIRIZAÇÃO E SERVIÇOS ofereceu o melhor lance nessa disputa, dentre os 03 convocados, no valor de R\$ 2.993.058,50.

O valor de referência do presente certame é de R\$4.162.340,55.

Caso tivesse sido excluído o lance inexequível na fase aberta, provavelmente o melhor preço a ser usado como parâmetro para a convocação da fase fechada, conforme ata anexa nº 19254490, seria no valor de R\$ 3.174.000,00. E dentro da faixa dos 10% haveriam 07 (sete) lances aptos a disputar referida fase e não 03 (três) como ocorreu.

3. Diante das circunstâncias acima descritas, o órgão assessorado aduz dois questionamentos:

Analizando o pedido da recorrente que alega ter havido prejuízo à Administração, aos demais licitantes não convocados e à própria, solicito parecer dessa Consultoria a saber:

1. No presente caso, é correto que se proceda à anulação do pregão eletrônico por perda de competitividade na disputa?
2. Ou seria mais adequado adjudicar o objeto à empresa, que dentre 03 ofereceu o melhor preço, cujo desconto em comparação com o preço máximo de referência fica em quase 30%?

4. O presente procedimento foi distribuído em caráter de urgência, no dia 30 de junho de 2021 (quarta-feira), às 11:17 horas.

5. Os autos, exclusivamente eletrônicos, foram disponibilizados por meio de *link* de acesso externo ao sistema SEI. No que interessa à análise do presente caso, destacam-se os seguintes documentos:

Documento SEI nº 18929999

- Termo de Referência.

Documento SEI nº 18966933

- Diário Oficial da União nº 102, de 1º de junho de 2021, com publicação do Aviso de reabertura de prazo do Pregão nº 5/2021 (fl. 01).

Documento SEI nº 18969956

- Republicação do Pregão nº 05/2021-SR/PF/MG (fl. 01).

Documento SEI nº 19254438

- Proposta. Habilitação. Empresa Augustus Terceirização Ltda ME

Documento SEI nº 19254465

- Anexo. Diligências - Fase de julgamento.

Documento SEI nº 19254490

- Ata de realização do Pregão Eletrônico nº 05/2021 (fls. 01/09).

Documento SEI nº 19254503

- Recurso apresentado pela empresa ADCON - Administração e Conservação EIRELI (fls. 01/02).

Documento SEI nº 19254529

- Recurso apresentado pela empresa Gestservi - Gestão & Terceirização de Mão de Obra EIRELI (fls. 01/02).

Documento SEI nº 19254547

- Recurso apresentado pela empresa Inova Tecnologia em Serviços Ltda (fls. 01/04).

Documento SEI nº 19273197

- Contrarrazões apresentadas pela empresa Augustus Terceirização Ltda ME (fls. 01/03).

Documento SEI nº 19322924

- Ofício nº 31/2021/CPL/SELOG/SR/PF/MG, de 30 de junho de 2021, com encaminhamento dos autos à CJU/MG.

6. É o relatório.

II. ANÁLISE

II.1. Consideração preliminar. Delimitação do objeto da análise jurídica.

7. Inicialmente, vale ressaltar que a análise ora procedida fica adstrita à consulta jurídica e aos documentos a ela atinentes (vide relatório). Assim, não se analisará a legalidade dos atos jurídicos anteriores, os quais já foram objeto da análise jurídica pertinente.

8. Neste diapasão, parte-se do pressuposto que os atos que antecederam a formulação da presente submissão foram feitos de forma regular e válida, tendo sido observadas todas as exigências legais, ressalvando-se que o presente parecer não tem o condão de convalidar ou cancelar qualquer irregularidade praticada anteriormente à presente manifestação.

9. Por fim, vale registrar que a presente manifestação jurídica não tem o condão de substituir a necessária decisão do gestor público competente em face dos recursos interpostos pelas licitantes. Com efeito, o papel do órgão de assessoramento jurídico limita-se a trazer balizas e esclarecimentos jurídicos, a fim de subsidiar o gestor público na tomada de decisão, que é de sua exclusiva competência.

II.2. Da atuação do órgão de assessoramento jurídico em sede de recurso administrativo.

10. Nos termos do art. 17, II, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, compete ao pregoeiro, dentre outras atribuições, "*receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão*".

11. Embora o parágrafo único do mesmo dispositivo legal faculte ao pregoeiro solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica a fim de subsidiar sua decisão no âmbito de um recurso administrativo, tem-se entendido que a manifestação da Advocacia-Geral da União nesses casos somente é cabível quando em discussão questões tipicamente jurídicas, a partir da apresentação de dúvida desta natureza que seja apontada especificamente pelo consulente.

12. Nesse sentido, vide Nota nº 196/2019/CJU-MG/CGU/AGU e Nota nº 83/2020/CJUMG/CGU/AGU.

13. No presente caso, o órgão assessorado se desincumbiu regularmente deste ônus, ao apontar nos autos as questões jurídicas que pretende sejam objeto de assessoramento e esclarecimento, as quais foram consubstanciadas nos dois questionamentos transcritos no relatório deste Parecer.

II.3. Dos questionamentos aduzidos pelo órgão assessorado.

14. Da leitura do relato apresentado pelo órgão assessorado e dos questionamentos por ele aduzidos, verifica-se que a controvérsia gira em torno da possível ocorrência de violação ao caráter competitivo do certame, em razão do Pregoeiro não haver desclassificado, durante a fase aberta de envio de lances na etapa competitiva, proposta manifestamente inexecutável, a qual, por conseguinte, acabou sendo adotada como parâmetro de preço para determinar a convocação de licitantes para a disputa da fase fechada.

15. Transcreva-se, a seguir, as disposições do Edital que tratam da formulação de lances e que são pertinentes ao deslinde da presente consulta jurídica:

7.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “aberto e fechado”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.10 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11 **Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.**

7.11.1 **Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.**

7.12 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.12.1 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o **reinício da etapa fechada**, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13 Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, **justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada**, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

7.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

16. As disposições editalícias acima transcritas praticamente reproduzem o que dispõe o art. 33, *caput* e parágrafos, do Decreto 10.024/2019.

17. O evidente equívoco cometido pela empresa Inova Tecnologia em Serviços Ltda ao oferecer um lance de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) ao invés de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), seguido da sua não desclassificação pelo Pregoeiro, acabou alijando diversos licitantes da fase seguinte da etapa competitiva (lance final e fechado).

18. De fato, considerando como parâmetro o equivocado preço mais baixo ofertado na fase aberta de lances (R\$ 4.000,00), nenhuma outra oferta, por óbvio, encontrava-se no limite de até 10% superior àquela, fazendo com que a regra do item 7.11 do Edital fosse afastada para a incidência da hipótese prevista no item 7.11.1. Ocorre que, como resta cristalino nos autos, a incidência do item 7.11.1 do Edital ocorreu de forma artificial, em razão do equívoco de um dos licitantes.

19. Parece-nos claro a ocorrência de circunstância restritiva ao caráter competitivo do Pregão nº 05/2021, em possível prejuízo da proposta mais vantajosa no certame. O Edital do Pregão nº 05/2021 determina a desclassificação de propostas manifestamente inexequíveis (item 8.4.4). Do mesmo modo, no modo de disputa aberto-fechado, previsto no Decreto 10.024/2019 (inc. II do art. 31), o pregoeiro pode intervir quando, por exemplo, verifica que há lances inexequíveis (art. 28 do Decreto 10.024/2019).

20. No presente caso, a não exclusão *in continenti* de um lance inexequível acabou mudando todo o cenário de disputa da etapa fechada. Não fossem o erro flagrante cometido pela empresa Inova Tecnologia em Serviços Ltda e a não desclassificação de seu lance pelo Pregoeiro, a etapa competitiva seguinte contaria, segundo o órgão assessorado, com a presença de um total de 7 (sete) empresas aptas a oferecer um lance final e fechado, ao invés de um universo reduzido de somente 3 (três) empresas que vieram a participar da referida fase fechada de envio de lances.

21. A situação se torna ainda mais grave quando se constata que a empresa Inova Tecnologia em Serviços Ltda somente foi convocada para participar da fase fechada de envio de lances porque apresentou a proposta flagrantemente inexequível. Com feito, se tivesse informado corretamente o valor de sua oferta (R\$ 4.000.000,00), a referida empresa não se enquadraria entre aquelas que ofereceram proposta até 10% superior à oferta de valor (efetivamente) mais baixo.

22. Em outras palavras, acabou-se admitindo na fase de lances fechados uma empresa que pretendeu ofertar um lance de R\$ 4.000.000,00, ao passo que empresas que ofertaram valores bem mais baixos (em torno de R\$ 3.100.000,00) --- que, por conseguinte, estariam presumidamente mais aptas à redução das suas ofertas na fase seguinte --- acabaram sendo excluídas do certame em razão de equívoco alheio a elas. Como consequência, tem-se que, a rigor, somente duas empresas aptas a oferecerem preços efetivamente mais baixos participaram da fase de lances fechados do Pregão nº 05/2021.

23. É o que se conclui a partir das informações constantes da Ata de Realização do Pregão Eletrônico em tela (vide relatório).

24. Há, ainda, um outro aspecto que merece ser enfrentado. Trata-se da circunstância de que, após ter ofertado o lance inexequível, a empresa Inova Tecnologia em Serviços Ltda acabou, na prática, sendo impossibilitada de apresentar proposta efetivamente competitiva no certame, já que, por limitações do sistema e de disposição editalícia, somente poderia oferecer lance de valor inferior ao último ofertado:

7.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

25. Quanto a este ponto, nada há que possa ser feito. A empresa licitante é integralmente responsável pelas informações que apresenta no sistema. O Edital, inclusive, alerta os participantes do certame acerca desta responsabilidade e suas consequências:

6.9. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

26. Pois bem. O item 11.3 do Edital afirma que o acolhimento de eventual recurso por parte do

Pregoeiro **invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento**. É o que prescreve, igualmente, o art. 44, §4º, do Decreto nº 10.024/2019. No presente caso, considerando que o erro que acabou viciando o procedimento ocorreu tão somente na etapa de envio de lances da sessão pública, penso que a solução mais recomendável seja, por invocação analógica do que dispõem os itens 7.12.1 e 7.13 do Edital, o **reinício da etapa fechada de envio de lances**, dessa vez porém com a exclusão da oferta manifestamente inexecutável e a consequente incidência da regra do item 7.11, que a seguir transcrevemos novamente:

7.11 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

27. A recomendação em tela --- reabertura da etapa fechada da disputa --- teria o condão de sanar a falha identificada na condução do Pregão nº 05/2021-SR/PF/MG, falha esta inclusive que foi apontada em caso semelhante pelo TCU quando do Acórdão nº 2920/2020/Plenário:

9.2.1. ausência de desclassificação de lances manifestamente inexecutáveis durante a etapa aberta de disputa do pregão, todos oferecidos pela empresa *Stilo Construções, Empreendimentos e Incorporações Ltda.*, o último dos quais serviu de parâmetro para convocação de licitantes para a etapa fechada da disputa, o que poderia ter redundado em prejuízos à competitividade do certame;

III. CONCLUSÃO

28. Diante do exposto, em atendimento ao que estabelece a Lei Complementar nº 73/93 e ressaltando-se os aspectos de conveniência e oportunidade, não sujeitos ao crivo desta Consultoria Jurídica, opinamos pela **não anulação** do Pregão nº 05/2021-SR/PF/MG, o qual, contudo, em homenagem aos princípios da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa, deverá ter sua **etapa fechada de envio de lances reiniciada/reaberta**, de modo que para ela sejam convocados, nos termos do item 7.11 do Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela, desconsiderando-se para tanto a oferta apresentada pela empresa Inova Tecnologia em Serviços Ltda.

29. À Coordenação Administrativa para encaminhamento com urgência ao órgão assessorado e adoção das demais providências de praxe.

Belo Horizonte, 1º de julho de 2021.

(assinado eletronicamente)

DANIEL LIN SANTOS

ADVOGADO DA UNIÃO

Consultor Jurídico da União em Minas Gerais Substituto

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 08350003738202101 e da chave de acesso a5f29aef

Documento assinado eletronicamente por DANIEL LIN SANTOS, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A

conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 668099382 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): DANIEL LIN SANTOS. Data e Hora: 01-07-2021 08:41. Número de Série: 17381121. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.


[Responder a todos](#) |   Excluir Lixo eletrônico |  ...

RES: PARECER n. 00100/2021/CJU-MG/CGU/AGU [UNSCANNED]



Daniel Lin Santos <daniel.lin@agu.gov.br>

Hoje, 14:01

MG/SR - Comissão Permanente Licitações  [Responder a todos](#) | 

Inbox

O conteúdo bloqueado será exibido enquanto esta mensagem estiver aberta.

Você respondeu em 01/07/2021 15:15.

Prezada Edina,

Em atenção ao *email* abaixo, passo a expor o que se segue em complementação ao Parecer nº 00100/2021/CJU-MG/CGU/AGU.

A possibilidade **jurídica**, em tese, de reinício/reabertura da etapa fechada de lances com fundamento no art. 44, §4º, do Decreto nº 10.024/2019, parece encontrar no caso concreto um empecilho de ordem **técnica** no âmbito do Sistema ComprasNet, uma vez que o certame já se encontra na fase de julgamento da proposta. É a conclusão que se extrai da nova informação trazida aos autos (resposta apresentada pela Central de Atendimento do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais do Ministério da Economia - SIASG ao questionamento deduzido pela CPL/SELOG/SRMG).

Segundo informado pelo SIASG e pela CPL/SELOG/SRMG, somente seria possível o reinício da disputa fechada quando todas as empresas que participaram da mesma forem desclassificadas.

Tem-se, portanto, uma impossibilidade **técnica** de retomada da fase de envio de lances. Ou, melhor, a retomada da disputa fechada implicaria em prejuízo ao caráter competitivo do certame, já que todas as empresas que participaram deveriam ser desclassificadas.

Na prática, portanto, tem-se a **insuscetibilidade de aproveitamento dos atos praticados até o momento na fase externa do processo licitatório** (art. 44, §4º, do Decreto nº 10.024/2019). Por conseguinte, em homenagem aos princípios da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa, recomenda-se a anulação do certame e a consequente republicação do Edital.

Atenciosamente,

Daniel Lin Santos

Advogado da União

Consultor Jurídico da União em Minas Gerais Substituto

Advocacia-Geral da União

(31) 3029-3350

Rua Santa Catarina, 480 – 6º andar

Belo Horizonte/MG



Responder a todos | Excluir Lixo eletrônico | ...



Enviada em: quinta-feira, 1 de julho de 2021 10:50

Para: Daniel Lin Santos <daniel.lin@agu.gov.br>

Cc: Edina Mara Duarte de Freitas <edina.emdf@pf.gov.br>

Assunto: PARECER n. 00100/2021/CJU-MG/CGU/AGU [UNSCANNED]

Prezado Dr. Daniel, bom dia.

Tendo em vista recomendação exarada no parecer **n. 00100/2021/CJU-MG/CGU/AGU** para que reinicie a fase de disputa fechada, informo não ser possível pois já havia iniciado a fase de julgamento da proposta. Nesse caso, só consigo reiniciar a disputa fechada quando todas as outras empresas que participaram da etapa fechada forem desclassificadas.

Segue abaixo resposta do gestor do SIASG/COMPRANET sobre a impossibilidade de exclusão de lance, após início da fase de julgamento.

Solicitação atendida SIASG - 3373799

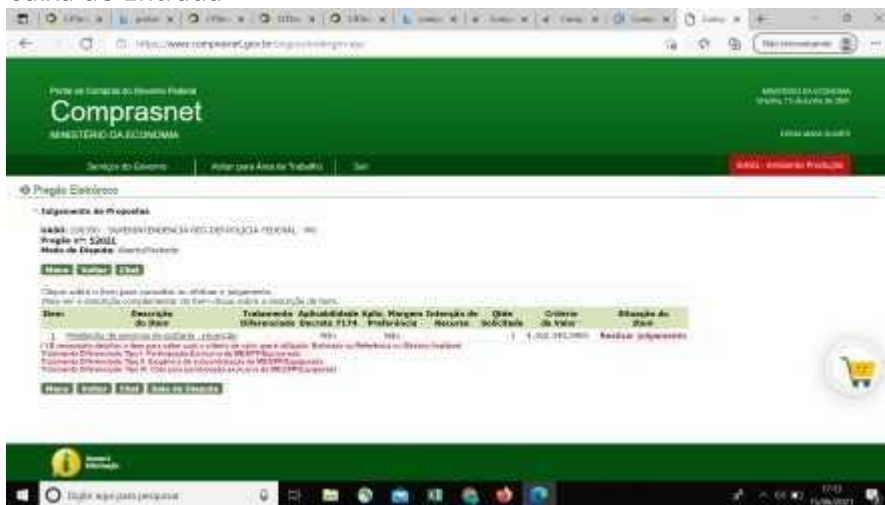
centraldeservicos@planejamento.gov.br

Responder a todos |

qua 16/06, 10:39

Edina Mara Duarte de Freitas

Caixa de Entrada



Mostrar todos os 1 anexos (277 KB) Baixar



Olá, você sabia que possuímos um [Portal de Serviços](#), onde sua solicitação pode ser aberta de for

Prezado (a), Edina Mara Duarte de Freitas

A Central de Atendimento do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais do Ministério a sua solicitação.

Desejamos saber a sua opinião sobre os serviços prestados. Por gentileza, colabore conosco avalia [Clique aqui para fazer a avaliação do Atendimento](#)

Observação: Caso a solução não tenha lhe atendido, a mesma poderá ser reaberta no prazo de 07 Central de Atendimento por telefone.

 Responder a todos |  Excluir Lixo eletrônico | ...



Tipo: Incidente

Serviço/Atividade: Erro em detalhar recurso

Descrição da solicitação:

Realizei um pregão hoje - UASFG 200350 - pregão eletrônico 05/2021. No horário de 9h15m33 um licitante fez um lance de R\$4.000,00 em vez de R\$4.000.000,00. Antes de que pudesse excluir o lance, a disputa foi para a fase de disputa. Pergunta-se: Como fazer para solucionar a questão, haja vista que o processo já foi para o início desta fase. Pergunta-se: Como fazer para solucionar a questão, haja vista que o processo já foi para o início desta fase. Pergunta-se: Como fazer para solucionar a questão, haja vista que o processo já foi para o início desta fase.

Acrescento que a proposta do licitante que deu o lance errado, foi recusada na fase de julgamento da proposta.

No aguardo de orientações.

Atenciosamente,

Edina Mara Duarte de Freitas

Número do pregão: *
05/2021200350

Código da UASG: *
200350

Solução da solicitação:

Em atenção à sua demanda, conforme informado no [Manual Sala de Disputa - Visão Governo](#), o Agente Administrativo pode fazer a exclusão de lances.

Quando se trata de um pregão cujo modo de disputa é aberto/fechado, o usuário poderá desclassificar o processo, porém o sistema permitirá apenas o reinício da fase fechada, não sendo possível a reabertura mudando o "manual".

Tendo em vista que o pregão está na fase de julgamento, não será possível reiniciar a disputa.

Você também pode acompanhar o andamento da sua solicitação, ao acessar, em [Minhas Solicitações](#). Para acessá-lo basta utilizar o link: portaldeservicos.planejamento.gov.br

Atenciosamente,

Atendimento SIASG



As solicitações de atendimento para o SIASG podem ser realizadas através dos seguintes canais:

Portal Web: <https://portaldeservicos.planejamento.gov.br/citsmart>

Acesse o Portal de Serviços para solicitar atendimento e para realizar o acompanhamento da solicitação. Horário de Funcionamento em Dezembro: Das 07:00 às 20:00 horas, de Segunda à Sexta-Feira.

Atenciosamente,

Edina Mara Duarte de Freitas

Agente Administrativo

CPL/SELOG/SR/PF/MG

Tel (031)3330-5223

 Responder a todos |   Excluir Lixo eletrônico |  ...

